

INTERPELAÇÃO ORAL

Nestes últimos anos, assistiu-se a um desenvolvimento exponencial do sector de construção. Para além de estarem em curso vários grandes empreendimentos turísticos e de jogo, o número de novas obras de construção de edifícios de iniciativa privada registou também um aumento significativo. Para responder às necessidades exigidas pelo desenvolvimento sócio-económico, as autoridades redobraram esforços para a promoção de diversas obras de construção de infra-estruturas, de reordenamento urbano, de melhoramento das redes viárias e de protecção ambiental. A construção de vários edifícios destinados ao uso exclusivo de Serviços Públicos encontra-se também em preparação.

Apesar de nas Linhas de Acção Governativa relativa à área dos transportes e obras públicas se dizer apenas que *“com o intuito de satisfazer as necessidades decorrentes do desenvolvimento de Macau e de melhorar as instalações dos Serviços Públicos, será realizada, em 2006, uma série de trabalhos relacionados com a escolha dos locais e a concepção dos projectos das novas instalações para os serviços judiciais, serviços de segurança, Comissariado Contra a Corrupção e Comissariado de Auditoria”*, as obras de construção do edifício destinado às instalações da Direcção dos Serviços de Trânsito, com 22 pisos de altura, num terreno com uma área de cerca de 2 400m², já foram postas a concurso;

projecta-se a demolição das actuais instalações do Instituto de Acção Social para dar lugar a uma construção com 14 pisos; e as obras de construção ou adaptação, de maior ou menor envergadura, de outros Serviços Públicos da Administração já estão em curso ou integradas na lista dos planos a realizar.

O investimento adequado nas construções e obras públicas, e o seu controlo eficaz, podem ser meios importantes para ajustar a economia e atenuar a taxa de desemprego. Num período de prosperidade do sector de construção, muitas obras públicas foram iniciadas e, como consequência, aumentaram os custos de construção, passando a haver grande disputa pelos recursos humanos do sector, o que prejudica o seu saudável desenvolvimento.

Este ano, o Chefe do Executivo afirmou no seu Relatório das LAG o seguinte: *“O desenvolvimento rápido da economia, nomeadamente do sector dominante, exige uma resposta do Governo em termos de oferta de um maior número de serviços, pelo que em muitos organismos públicos surgiram necessidades de ampliação de instalações e aperfeiçoamento das suas condições de funcionamento. No entanto, considerando o desenvolvimento equilibrado e global da economia, o Governo só permitirá a realização de obras consideradas imprescindíveis. O Governo irá exercer um controlo rigoroso das obras solicitadas pelas entidades públicas, com vista a evitar o sobreaquecimento do sector de construção civil.”*

Assim, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. Quais são os edifícios-sede dos Serviços Públicos ou os gabinetes que estão neste momento a ser construídos ou remodelados? Quais são as obras que ainda vão ser realizadas? Quais são as razões para a realização urgente dessas obras neste período próspero do sector da construção civil?

2. Muitos serviços públicos estão neste momento a construir as suas sedes com muitos andares. Tratam-se de obras que envolvem montantes avultados, para além de se tratarem de obras luxuosas e de grande desperdício de dinheiro, segundo as críticas da população. Será que a construção daqueles edifícios com muitos andares é indispensável?

3. Quais são os critérios e os procedimentos adoptados pela Administração para a apreciação dos pedidos de construção daqueles edifícios ou de remodelação dos diversos serviços públicos? Como se avalia a necessidade e a urgência daquelas obras? A Administração ponderou a exigência apontada pelo Chefe do Executivo de “evitar o sobreaquecimento do sector de construção civil”?

12 de Julho de 2006.

A Deputada à Assembleia Legislativa

(Tradução)

da Região Administrativa Especial de Macau,

Kwan Tsui Hang